

Teresa Nunes

Instituto de História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Universidade Aberta, Portugal

sousa.nunes@sapo.pt

Desenvolvimento santomense na perspectiva de Ezequiel de Campos (1900-1910)

O objectivo deste trabalho reside sobre as análises formuladas por Ezequiel de Campos acerca do arquipélago santomense, das suas potencialidades e das debilidades da economia insular, um esforço sistemático efectuado no decurso da primeira década do séc. XX. Este labor, divulgado na província e na metrópole através dos mecanismos institucionais mas também na imprensa periódica, culminava num conjunto amplo de soluções elaboradas em vésperas da implantação da República. Essas, inscritas nos domínios económicos e sociais, procuravam resolver alguns dos problemas estruturais do arquipélago, na perspectiva ezequieliana, a saber a debilidade da estrutura demográfica com impacto na disponibilidade da mão-de-obra, as dificuldades/custos da produção impostos pelas características orográficas do território, a insalubridade das ilhas e a insuficiência de recursos característica dos centros urbanos. No entanto, as mesmas propostas incidiam ainda sobre as opções económicas associada às formas de cultura dominantes e ao regime de propriedade, sobre as consequências do alargamento das áreas do cacau e os efeitos ambientais perniciosos, previstos para breve prazo, com repercussões drásticas nos rendimentos obtidos na província.

Palavras-chave: desenvolvimento económico, colonização portuguesa, I República, S. Tomé e Príncipe, recursos naturais, infra-estruturas de transporte

The subject of this paper focus Ezequiel de Campos's analyses about S. Tomé and Príncipe, its potentialities and the weakness of insular economy, an effort systematic made throughout the first decade of the twenty century. This work, expressed in the province and in the metropolis through institutional mechanisms but also in the portuguese press, conclude with a large proposal of a solutions for S.Tomé' economy made 1910, just before the republican revolution in Portugal. This solutions, from the economic and social areas mostly, were a effort to solve some of the structural problems present in S.Tomé and Príncipe such as demographic structure and its consequences in the lack of human resources in agriculture, industry and commerce, the production costs and difficulties imposed by geographical conditions, living conditions in the islands, especially in the urban environment. Ezequiel de Campos's proposals also included radical changes in aspects as agriculture options in S. Tomé, mainly associated to the cocoa as first production, and the reform in land rights.

Chegado ao arquipélago de S. Tomé e Príncipe em 1899 para iniciar o seu percurso profissional como engenheiro auxiliar do quadro das Obras Públicas da província, Ezequiel de Campos irá permanecer estreitamente associado àquele território durante a primeira década do século XX em diversas vertentes. Em primeiro lugar, no desempenho de funções públicas, mas também ao serviço das grandes roças de cacau, como representante de Salvador Levy no contrato celebrado para a construção da via ferroviária entre Baía Ana de Chaves e a vila da Trindade, como divulgador das virtualidades oferecidas pelo arquipélago na metrópole, e, ainda, como figura próxima do governador interino Miranda Guedes, designado pelas autoridades republicanas em Novembro de 1910, S. Tomé e Príncipe monopolizou, quase integralmente, a sua atenção e a actividade daquele engenheiro, natural de Beiriz, concelho da Póvoa de Varzim, onde nascera em 1874.

Esta proximidade, comprovada pela bibliografia publicada naquela época, nas conferências realizadas em Lisboa, ou na sua intervenção nos periódicos santomenses e metropolitanos, assentava em factores estruturantes do pensamento ezequieliano: a formação em engenharia, civil e de minas, pela Academia Politécnica do Porto (1898), as suas convicções políticas inscritas no quadro do republicanismo, dois traços que interagem com as influências da estrutura socio-económica da sua região de origem, marcada pela preponderância do sector primário sobre os demais, pelo dinamismo da propriedade de pequenas e médias dimensões mas também pelas características do fluxo migratório português em Oitocentos.

Além destas premissas, ou em função delas, a intervenção ezequieliana sobre S. Tomé e Príncipe reportava-se a uma concepção de soberania condicionada pela capacidade operativa do Estado na promoção do desenvolvimento harmonioso de cada uma das partes que constituíam o todo nacional. Subsidiária dos princípios consagrados pela Conferência de Berlim de 1884-1885, incorporados pela propaganda republicana no decurso da primeira década do séc. XX e largamente partilhados por Ezequiel de Campos, esta perspectiva impunha padrões de exigência à governação colonial nos domínios da modernização administrativa, financeira e económica, através do investimento infra-estrutural e, por extensão, também no âmbito político, por não ser conciliável a desejada eficácia do processo de decisão com a manutenção do centro decisório na metrópole. Não era concretizável uma administração virtuosa sem o reconhecimento institucional pleno da especificidade intrínseca a cada uma das províncias coloniais.

Estes eram os pressupostos genéricos do pensamento de Ezequiel de Campos que, na apreciação da sociedade e economia santomenses, salientava enfaticamente o paradoxo maior do arquipélago a saber, a prosperidade dos recursos naturais responsável pelo sucesso da cultura cacoeira, geradora de saldos orçamentais relevantes, e a precaridade máxima das condições de vida e de trabalho dos seus habitantes, impeditiva do crescimento económico sustentado. Se a primeira era intrínseca aos caracteres geográficos, climáticos e orográficos do território, a segunda constituía uma emanação da realidade nacional, marcada pelo atraso económico e social do país, desfasada no tempo e nas competências adquiridas pelo Velho

Continente e pelo Novo Mundo, caracterizados por elevados graus de desenvolvimento industrial e agrícola.

Segundo esta lógica, S. Tomé e Príncipe assumia uma dimensão ambivalente no discurso ezequieliano por ser representativa da incompetência colonial portuguesa e por constituir um retrato fiel de um país pobre, embora provido das condições basilares para o crescimento da sua economia e bem-estar da sua população, tanto na metrópole como nas colónias.

Centrado em S. Tomé e Príncipe, o modelo de desenvolvimento preconizado por Ezequiel de Campos foi sistematizado na obra *Melhoramentos Públicos na ilha de S. Tomé*, onde coligia materiais diversos e exibia a longa experiência acumulada no território. Desde logo, tornava público um extenso relatório de sua autoria sobre o Saneamento da Cidade, datado de 1900, ano em que foi expedido para Lisboa. Por não ter tido consequências, este trabalho era revisitado pela sua actualidade, dez anos após a sua feitura, e constituía a base da caracterização ezequieliana sobre a capital da província cuja insalubridade era incompatível com as actividades económicas em contexto urbano e portuário.

Sem esquecer as sugestões apresentadas no início da década, de transposição do núcleo urbano para uma localização geográfica de altitude superior onde se concentrariam o Governo Provincial e mais estruturas administrativas com excepção das alfandegárias mantidas junto do porto, Ezequiel de Campos preconizava uma via mais pragmática de redefinição de espaços – residenciais, administrativas e comerciais – no perímetro urbano, ladeado por superfície florestal e de pequena e média propriedade orientada para prática agrícola intensiva, destinada aos abastecimentos citadinos e do movimento portuário.

A relevância desta proposta não ficava no propósito imediato de suscitar a redução da mortalidade. Orientava-se antes para uma tendencial redefinição do perfil económico da ilha, processo ao qual considerava imprescindível o fortalecimento da demografia insular. Sem o reforço demográfico não haveria capacidade produtiva endógena diversificada, nem um mercado interno embrionário capaz de sustentar o impulso inicial dos sectores subsidiários ao crescimento urbanístico. Assim, importava inserir S. Tomé e Príncipe, “a melhor colónia que possuímos” (Campos, 1910, p. 139), no elenco dos destinos preferenciais da emigração portuguesa.

Este desiderato alcançava-se através da regulação dos direitos de posse sobre a superfície urbana, pois

sem uma lei reguladora da posse dos terrenos inutilizados da cidade, não podemos esperar a construção de casas regulares e de renda barata. S. Tomé há-de ser sempre uma terra de eliminação para o europeu: e embora este continue a ter aqui interesses enormes, só os pode conservar por uma renovação periódica dos encarregados de administrar esses valores, quer sejam agrícolas, comerciais ou profissionais. É um dos motivos porque os colonos se abstêm de construir na cidade: porque afinal não enraizam aqui, terra apenas de labor e biliosa; e um prédio fica depois entregue aos inquilinos aleatórios e aos seus criados, sem ninguém que zele e repare a tempo os pequenos danos que

a pouco e pouco o arruinam ou, pelo menos, desvalorizam. Lisboa fica a mil léguas...
(Campos, 1910, p. 139)

Para além da reformulação urbanística, seriam necessárias medidas adequadas ao incremento da produtividade económica da ilha, uma temática directamente relacionada com a educação de parte substancial da população santomense, os “filhos da terra”, a quem reconhecia a total ausência de hábitos de trabalho. Atribuía esta ausência, não apenas às características étnicas, como ao falhanço completo obra colonial da metrópole, nesta como nas demais matérias. Defensor indefectível das virtualidades da Escola de Artes e Ofícios, como da criação de uma congénere, vocacionada para o sector primário, mostrava as reservas em face do decreto de 18 de Janeiro de 1906, cujas disposições não se adequavam à realidade da ilha.

Em alternativa, apresentava um modelo de educação fundado numa perspectiva revalorizada da escola primária, considerada primordial na aquisição de conhecimentos, na interiorização do código social e ético e dos padrões de conduta desejáveis para a integração plena do africano na sociedade ditada pelas regras europeias. Valia-se da experiência norte-americana para justificar a relevância deste nível de ensino, um raciocínio que subentendia a relação directa entre a alfabetização e o desempenho económico bem sucedido. Reportava ainda aos Estados Unidos para aludir às virtualidades do processo de miscigenação – “Em 1890 já 1.132.060, ou 15,2% da população de origem africana, tinha sangue branco. A população de sangue africano [em] 1900 era de 8.840.789 pessoas; 11,6% da população total dos Estados Unidos. Em 1907, cerca de 3 milhões tinha sangue branco” (Campos, 1910, p. 160), como forma de acelerar o processo de sociabilização de parte da população.

No caso português, esta realidade era inexequível devido à incapacidade de os europeus resistirem às condições de vida nos trópicos, um factor que determinava uma tendência demográfica inversa à ocorrida no caso americano isto é, “o natural é a regressão a sangue puramente africano das mesclas diversas que, mercê de várias circunstâncias, desde logo o povoamento se fizeram” (Campos, 1910, p. 160). Consequentemente estimava um decréscimo da influência da escola primária que, apesar de muito importante, não seria, por si só, suficiente para proceder à correcção dos efeitos que o meio ambiente

simultaneamente com a escola de leitura seria necessário introduzir aqui a temperatura a zero graus centígrados, com um inverno por ano e todo o cortejo de perturbações cósmicas que dessem em resultado a mudança deste verão contínuo, e da terra de fartura excessiva, em outro meio mais hostil ao homem (Campos, 1910, p. 160)

- e a ascendência étnica exerciam sobre o indivíduo, sem esquecer a influência perniciosa dos missionários sobre as populações africanas pois

Com latim e procissões, rezas e bentos explorou-se e degradou-se a gente da terra; amanhã com a escola primária o que obtemos com certeza é habilitar mais umas dezenas de

amanuenses e olheiros, sem de modo algum resolvermos sequer o problema da cultura da terra que o filho de S. Tomé entrega ao abandono (Campos, 1910, p. 160).

A formação devia ser uma competência inalienável do Estado e pressupunha a institucionalização do trabalho correcional, aplicável às populações africanas com a finalidade de as integrar na estrutura económica e social imposta pela potência colonial. Extensível ao pleno do território ultramarino português, o sistema adquiria superior interesse em S. Tomé e Príncipe, província caracterizada pela escassez estrutural de mão-de-obra, minimizada pela sua importação, cada vez mais difícil.

A eficácia da formação implicava, no entanto, um enquadramento legislativo até então inexistente, diverso do Regimento da Administração de Justiça, de 20 de Fevereiro de 1892, onde o trabalho correcional figurava apenas como pena; ou mesmo do decreto de 21 de Maio do mesmo ano sobre o recrutamento militar que visava “fazer concorrer ao trabalho os indígenas de S. Tomé, violentá-los mesmo a isso pelo receio da expatriação e que aspirava a resolver, embora violentamente, o problema da educação e da riqueza do indígena” (Campos, 1910, p. 161), medida claramente deficiente nos propósitos e consequências.

Numa província confrontada com falta de mão-de-obra, parecia insensato a afectação da existente ao serviço militar na Guiné ou em Angola: esses efectivos trariam escassa valia às regiões para as quais seriam encaminhados e, a médio prazo, não alteravam os seus padrões de actividade. Na prática, tal sistema era tão inadaptado à realidade santomense quanto o decreto de 16 de Julho de 1902 que regulava o trabalho indígena e o fomento agrícola da província de Angola pelo que rejeitava liminarmente a sua implementação no arquipélago.

Crítico quanto à solução militar no âmbito estrito, Ezequiel de Campos reconhecia-lhe a virtualidade de contribuir para a “regeneração do filho da terra” se, a par do espírito de disciplina, este serviço fosse sensível às necessidades da Repartição de Obras Públicas que, só por si, absorveria um contingente de 1000 homens, passíveis de recrutamento entre os 2000 existentes e desaproveitados que, segundo os cálculos de Ezequiel de Campos, habitavam em S. Tomé¹. A solução passava pela convergência das duas instituições: a fixação do serviço militar obrigatório

a ser pago em trabalhos públicos para todos os indivíduos de 18 a 25 anos que não tem terreno em superfície de meio hectare, pelo período de um ano, a oito horas úteis de todo por dia, em regime militar, com o jornal de 300 reis (no máximo), em dia de trabalho; e o pret regulamentar nos outros dias – fosse intercalado com um ano de descanso na aprendizagem militar no quartel e seguido de outro ano de trabalho,

disposições complementadas por uma terceira, não menos importante: que se impusesse a obrigação da cultura regular e intensa da terra indígena, pelo indígena, exclusivamente sob pena de arrendamentos isolados ou colectivos a particulares, pelo

¹ *Pelo censo de 1900, há 6.195 varões de 20 a 30 anos; metade, serão filhos de S. Tomé; e duas terças partes destes, isto é, cerca de 2.000 homens não têm profissão, nem terra sua e devem além disso estar incluídos no artigo 7º do regulamento dos serviços de recrutamento, de 12 de maio de 1910 (Campos, 1910, p. 163).*

governo com proveito para o Estado e pena de trabalho obrigatório para o dono (Campos, 1910, p. 164) expediente empregue na redução drástica da área inculta, aplicada apenas à propriedade dos naturais da ilha.

A eficácia deste esquema aferia-se através do cumprimento de três objectivos primordiais de médio e longo alcance: o acréscimo de produtividade da Repartição das Obras Públicas que, em seis anos, com os cerca de 800 trabalhadores anuais estava habilitada a fazer as principais obras da ilha, a “educação moralizadora dos indígenas com o desenvolvimento demográfico”, vertente tão mais relevante porquanto permitia à província libertar-se da dependência externa nesta matéria e, finalmente, o aumento dos rendimentos do sector primário santomense, porque “muitos quilómetros quadrados de terra boa, hoje abandonada e mal possuída, começavam a render muito dinheiro” (Campos, 1910, p. 164). Não receava agravamentos financeiros nos cofres da província: o pagamento destes soldados seria efectuado pelos tarefeiros das Obras Públicas, quando se encontravam ao seu serviço e ou pela Repartição, caso se tratasse de administração directa da mesma. Considerava também a possibilidade de uma redução do quadro de oficiais se, no decurso do 2º ano de serviço militar, fossem mantidos apenas os efectivos indispensáveis para o serviço da província, integrados num contingente mais pequeno adstricto apenas a funções de policiamento urbano e trabalhos públicos. Por fim, expunha as virtualidades de um sistema de recrutamento militar simplificado, acompanhado de mecanismos de vigilância a exercer sobre os soldados/operários, conseguido com a articulação entre as estruturas militar e administrativa, com competência militar, do território. No primeiro caso, salientava a relevância em recorrer a soldados provenientes de outras províncias ultramarinas, guinés ou landins, cuja eficácia no controlo dos acampanhamentos de trabalhadores, com lotação nunca superior a 60 pessoas, implicava a ligação estreita com os regedores das aldeia.

Reconhecia a eventual estranheza suscitada pela proposta, assente em princípios diferentes dos dominantes na perspectiva colonial portuguesa. Todavia, enfatizava a necessidade deste procedimento sem o qual dificilmente haveria lugar à plena integração económica e social do africano na estrutura eminentemente europeia, sem desprimor para o papel da escola primária e do ensino de artes e ofícios. A prazo, a Escola de Artes e Ofícios deveria ser substituída pelas oficinas das Obras Públicas, o local de excelência para a formação dos operários indígenas, na justa proporção das carências santomenses. Os restantes operários deveriam secundar as necessidades do sector secundário da ilha, através da aprendizagem desenvolvida em estabelecimentos particulares de alfaiataria, sapataria, entre outros. Mas ainda as exigências associadas ao sector primário, estimulado através da cultura dos terrenos saneados, espaço propício à fixação de alguns elementos étnicos que têm paixão pela terra;

ajudavam-se e ensinavam-se numas hortas sob a direcção de um regente agrícola que quisesse trabalhar; tentava-se até uma leitaria, com belo benefício para a colónia. E por entre as fiadas de eucaliptos e coqueiros diriam bem os tectos amarelos das palhotas

isoladas, a verdura mimosa das hortas e o ar de prosperidade e trabalho (Campos, 1910, p. 166).

Esta proposta surgia no decurso do sexto capítulo da obra que temos vindo a analisar, particularmente relevante pelas matérias abordadas onde se destacavam as questões energéticas e o problema da irrigação da ilha. Salientava, à partida, a necessidade de autonomizar o território, do ponto de vista energético ou, no mínimo, reduzir drasticamente as importações de combustíveis, premissa plausível perante os recursos hídricos da ilha.

Era conveniente que, por uma vez, acordássemos para a vida moderna, e transformássemos o apetrechamento anacrónico do porto e da vida em outro mais cómodo e económico. Ora para a iluminação e para as diversas máquinas de transporte e deslocação de mercadorias não podemos obter energia nem mais cómoda, nem mais higiénica e barata do que a energia eléctrica proveniente das torrentes da ilha (Campos, 1910, pp. 148-149).

Com base no conhecimento do terreno, concedia prioridade ao Rio do Ouro como sendo o mais adequado, pela localização geográfica, constância do caudal e características do curso de água, ao aproveitamento energético, cuja estrutura não era sequer de grande exigência em termos de engenharia:

entre a ponte da Boa Esperança para o Monte Café e as Caldeiras do Rio do Ouro, a torrente desce 150 metros numa distância de 2.5000 m pelo thalweg. O ponto mais conveniente para a instalação eléctrica fica a 7.700 m do Cruzeiro da Trindade, e a 12.000 m da Fortaleza da cidade. Podemos garantir 200 cavalos vapor no quadro durante o ano. Bastará um canal de 2.400 m para ligar o rio ao começo da tubagem (Campos, 1910, p. 149).

A instalação eléctrica de S.Tomé era concebida de acordo com as necessidades coevas e futuras da ilha, avaliadas de pequena monta, devido à ausência de grandes centros urbanos, “o burgo no fundo da baía Ana de Chaves há-de ser sempre pequeníssimo; a vila da Trindade um lugarejo insignificante”. A este factor aliava-se a dimensão das indústrias urbana e agrícola, de pequeno porte. Maior exigência estava associada à electrificação dos caminhos-de-ferro e às estruturas portuárias, após a construção do cais acostável; contudo, o tráfego reduzido e a leveza do material circundante não careciam de maior produção de energia além da estimada. Importava, por isso, tão só criar a instalação eléctrica e dotá-la do carácter “de robustez e simplicidade dos maquinismos, embora em detrimento da utilização” (Campos, 1910, p. 153).

Na abordagem do sistema de irrigação, Ezequiel de Campos tornava-se menos sintético a justificar a pertinência do investimento, a curto e médio prazo ou a caracterizar as fontes de alimentação da estrutura e as regiões a privilegiar. Reportava-

se às alterações climáticas no norte da ilha, atingida por verões quentes, secos e prolongados, danosos às plantações existentes e ou às replantações efectuadas em todo o baixo Potó, mas também às dificuldades associadas à rega nas roças desta área, “vales e regos, outras vezes recorrendo aos processos mais primitivos, mais caros e mais trabalhosos – a celha à cabeça dos pretos, pelos trilhos ásperos do thalweg ao cimo das encostas (Campos, 1910, p. 150).

A evolução dos preços no mercado internacional permitia prever um decréscimo do valor do cacau, motivado pelo alargamento daquela cultura no Brasil, um factor exógeno a concorrer, num mesmo espaço e tempo, com a dificuldade endógena, associada à crise braçal provocada pelos obstáculos crescente à saída de recursos humanos de Angola sentidos no decurso da primeira década do séc. XX. Esta convergência ditava uma prática de irrigação caracterizada pela menor componente manual, mesmo que o período de regas coincidissem com o de trabalho diminuto nas colheitas.

Ezequiel de Campos defendia um sistema de repartição equitativa da água das torrentes, no abastecimento da área mais ameaçada pela seca, compreendida entre o rio Abade e o rio do Ouro. Esta proposta resultava da observação das condições do terreno e do clima, não do pessimismo do autor

Se continuasse a cultura do Quija, como continuou a derrubada pelos Angolares, pelas bacias do ocidente da Ilha e pelo rio Contador, e se Monte Café se resolvesse a fazer derrubadas seguidas pelas terras altas de S. Pedro à Lagoa Amélia, quer-me parecer que os factores oro-geográfico e de orientação da Ilha eram impotentes para conservar, sem uma irrigação em grande escala o clima propício, que hoje temos, à cultura do cacauero (Campos, 1910, pp. 150-151)

uma visão corroborada pelo mau desempenho e pelas perdas registadas nas plantações da Pinheira, do rio do Ouro, do Uba-Udo e de Diogo Vaz, em consequência das deflorestação insular e efeitos da mesma no clima.

De resto, Ezequiel de Campos tornava a hidráulica agrícola transversal a toda a actividade agrícola da ilha, fosse de grande ou pequena dimensão, fosse em propriedade de europeus ou naturais. E empenhava-se em demonstrar o quão visíveis e prejudiciais eram as repercussões da seca na ilha, espaço onde terra arável estava já votada ao abandono:

Quem percorrer toda a região da Mesquita, a lombada do caminho de Água Ploco, a região de Lemos, do Bombom e da Monta, e tantas outras manchas de terra abandonada à vegetação espontânea, não deixará de ter pena de ver uma grande miséria moral e económica onde tudo podia ser um belo paraíso de abundância e vida. (Campos, 1910, p. 151).

As suas propostas não envolviam grande complexidade: bastava conferir ao canal de serventia da estação eléctrica uma outra finalidade, a de rega, uma hipótese

plausível para os terrenos numa altitude a baixo dos 400 m na área entre o Potó e a Mesquita, sem prejuízo dos interesses da roça do Ouro e adjacentes como Monte Macaco e Boa Entrada. Além de, a “água e energia a colher desde as cascatas do Obó de Monte Café até Fernão Dias é muito abundante, e estará garantida, se não houver derrubadas insensatas nas terras altas do norte da Ilha” (Campos, 1910, p. 151).

Concluía com um apelo à intervenção das autoridades provinciais, sobre quem fazia incidir o estímulo inicial desta mudança, desejavelmente através de legislação tendente a promover a cultura de terrenos desaproveitados, medidas de cujo sucesso dependiam também da “educação do trabalho na gente da terra”.

Na segunda parte da obra, subordinada à gare marítima e à relevância estratégica da estrutura no desenvolvimento da ilha, Ezequiel de Campos voltaria à temática do desenvolvimento agrícola, da propriedade e da mão de obra. Esta análise partia do relatório elaborado em 1900, ao qual acrescentava dados sobre a evolução do fluxo comercial da primeira década do séc. XX, favoráveis, em consequência da expansão da cultura cacoeira em resposta à procura e valorização do género no mercado externo. No entanto, mostrava-se apreensivo com o facto de os níveis de produção serem conseguidos com um alargamento da área cultivada e não da produtividade das zonas em cultivo, comportamento que determinou as já referidas derrubadas em solos, não raras vezes, impróprios para novas plantações:

a linha de exportação subiu num coeficiente angular que mais ninguém conseguiu obter na mesma cultura; mas simultaneamente muito terrenos desbravados e plantados, havia pouco, tiveram de ser novamente entregues à natureza, como aconteceu na bacia do R. Quija (Campos, 1910, p. 173).

O desempenho agrícola das roças santomenses parecia-lhe fulgurante mas, ao mesmo tempo, precário, convicção reforçada pelas condições do mercado em 1908, ano de grande produção em S.Tomé mas também de variação de preços em baixa, além dos efeitos internacionais da contestação de William Cadbury. Sem questionar os bons resultados anteriores

em 1888 a ilha de S. Tomé exportava pouco mais de 1.500 toneladas de cacau; em 1890 um pouco menos de 3.000 ton.; em 1895 já cerca de 5.400 ton.; em 1900, perto de 11.500. Os grandes arroteamentos do fim do ano passado começaram a afluir muito na exportação de ano para ano, de modo que em 1909 a Ilha exportou 20.207 toneladas de cacau, com valor superior a 9 mil contos de réis e, em 1910, cerca de 30.000 toneladas (Campos, 1910, p. 173).

Ezequiel de Campos empenhava-se em identificar novos caminhos para a viabilidade económica da ilha, compatíveis com a mudança, considerada irreversível, do mercado externo e as novas exigências das demais províncias ultramarinas portuguesas em matéria de recursos humanos.

De resto, a província crescera à mercê de circunstâncias “anormais”, as mesmas que projectaram Portugal para o topo da lista dos maiores produtores de cacau do mundo, em menos de vinte anos:

de menos do décimo da produção mundial em 1894 – do quinto lugar – (abaixo da Venezuela) para o segundo lugar em 1903, um sexto da produção mundial – mais 700 ton. do que o Brasil e 800 ton. menos que o Equador, que ficava em primeiro lugar. Em 1904 demos o lugar ao Brasil, para o retomarmos em 1905, superiores também ao Equador – como primeiro exportador de cacau; mas logo em 1906 o Brasil apresentou uma alta extraordinária de produção, passando a primeiro lugar, que por certo nunca mais deixará. E o Equador retoma também a primazia sobre S. Tomé em 1908 (Campos, 1910, p. 174),

um ano de prosperidade também para a agricultura santomense, mas não o suficiente para acompanhar os níveis de produção dos parceiros cacauzeiros mais directos.

Contrariamente a alguns dos concorrentes – como o Brasil – em S. Tomé não se previa uma perspectiva de crescimento além das 40 mil toneladas/ano, um limite considerado realista, dentro do aparelho produtivo da Ilha. A incerteza sobre a possibilidade de se manterem as condições de recrutamento da mão-de-obra e a percepção de perda de rendimento para a agricultura santomense levavam Ezequiel de Campos a encarar com relutância a meta das 51 mil toneladas de cacau por ano, estimadas por Francisco Mantero (Mantero, 1910).

Se a produtividade alcançada pelo arquipélago se devia a factores anómalos, o cenário de crise então sentido era consequência das características estruturantes do aparelho económico nacional, onde o sector secundário não era expressivo e, em função disso, era incapaz de valorizar a matéria-prima produzida no espaço colonial:

país pequeno e desprovido de tino industrial, tivemos por acaso o primeiro lugar na produção de uma matéria prima valiosa, sem ao mesmo tempo revelarmos a mínima capacidade para a manufacturar e colocar no mercado externo e assim estarmos a coberto de, por qualquer motivo, sermos postos de banda numa operação comercial que não seria difícil de urdir (Campos, 1910, p. 175).

Referia-se menos às movimentações dos produtores de cacau ingleses, cuja importância não menosprezava, mas sobretudo à expansão do sector primário brasileiro, com repercussões no mercado internacional suscitadas pela aumento de oferta. Todavia, este crescimento parecia-lhe uma evidência, ou uma inevitabilidade, desde os finais do séc. XIX: “bastava mais um pouco de viação acelerada para secundar a enorme corrente migratória estabelecida para a outra banda do Atlântico, bem como a mais pequena baixa no preço da borracha”, condições que, quando reunidas não confluíram num imediato aumento em massa da produção de cacau no Brasil; contudo, apesar de gradual, a relevância da economia brasileira na produção deste género, tenderia a aumentar em virtude da “vastidão enorme de terra cacaoeira

que só espera braços e meios de transporte” (Campos, 1910, p. 175).

Nos antípodas, S.Tomé e Príncipe não oferecia possibilidades de alargamento das zonas de cultivo – delimitadas pela geografia do terreno e pela relação entre a área florestada e as características climáticas – uma situação cuja previsibilidade deveria ter inspirado ao Estado português providências para transformar a presença lusa neste mercado em dois segmentos, o da exportação da matéria-prima e de produtor de género manufacturado. Esta fórmula permitia aos produtores de cacau santamente resistir ao

fornecedor mundial mais importante e mais temível pela quantidade e baixo preço de produção, [se] estivesse já assegurada a saída da nossa colheita pelas marcas já acreditadas, para o que muito havia de contribuir a homogeneidade do nosso cacau (Campos, 1910, p. 175).

Favorável ao arranque industrial chocolateiro português, o autor considerava-o numa tripla vertente: na possibilidade de afirmação externa diversificada da economia portuguesa, no plano de substituição de importações com o fornecimento do mercado interno, se possível, alargado a novos públicos onde “enraizar o hábito de o preferir ao café nas classes populares e médias, [traria] enorme vantagem para os roceiros e o país” (Campos, 1910, p. 175). Para o espaço colonial, em especial Angola e Moçambique, produtores de açúcar, este surto industrializante significava uma nova finalidade, mais lucrativa e de efeitos menos danosos para a saúde das populações africanas quando comparada com a aplicação tradicional, o alcool.

Esta era a interacção desejável entre espaços diversos e produções respectivas, muito diferente da realidade onde a perspectiva de lucro no imediato e o monopolismo tendencial associado à cultura do cacau prejudicavam as possibilidades de crescimento integrado, a longo prazo. No entanto, atento à realidade, interna e externa, evidenciava a quebra de rendimentos da agricultura insular como o início da falência do modelo da grande exploração agrícola santomense. E inverter esta tendência passava por modificar profundamente o aparelho produtivo da ilha e abandonar o eixo estruturante da presença portuguesa nas colónias a saber, “a exploração da raça negra, em vez da exploração da terra africana” (Campos, 1910, p. 175).

A economia angolana constituía um exemplo da capacidade produtiva perdida pela potência colonial, devido à ausência de investimento nas potencialidades de cada território e da falta de uma visão acerca das complementaridades possíveis a estabelecer entre os diferentes espaços. No caso de Angola, perdia-se

uma colossal fazenda a exportar de tudo, produtos do solo e minérios da terra – café, borracha, açúcar, algodão, cera, carnes, couros... cobre, petróleo, carvão – encontramos apenas um domínio selvagem, sem caminhos de ferro, nem estradas, e em que passou a razia do alcool, do militar, da exploração daninha da guerra e do comércio sem escrúpulos. Em vez da prosperidade, o desolamento. E o açúcar, que Angola havia de mandar para a metrópole adoçar o cacau de S. Tomé antes de o oferecer ao mundo, fermentou

e passou a alcool para arrasar o nosso domínio africano (Campos, 1910, pp. 177-178).

Distantes pela ausência de uma perspectiva integradora de crescimento conjunto, ambas as províncias haveriam de se encontrar no cenário de adversidade uma vez que, se a ruína comercial de Angola influía na estagnação da agricultura santomense, o definhamento do sector primário em S. Tomé contribuía para acelerar a decadência económica angolana.

Para ambos os casos, em particular para S. Tomé, a solução do problema implicava aumentar o contingente demográfico das ilhas do cacau, com medidas à fixação populacional e

assegurado assim o baixo custo de produção pelo povoamento efectivo da Ilha por uma colónia trabalhadora e melhorável de geração em geração, pouco importaria a luta comercial: que, em poucos anos, nós deixávamos de ser um concorrente perigoso pela quantidade; mas estávamos sempre garantidos das condições remuneradoras de produção e na homogeneidade do produto, pois não seria provável que qualquer outra região cacaoeira pudesse competir connosco neste campo (Campos, 1910, p. 178).

Não esquecia as dificuldades na concretização do objectivo supra-enunciado; aliás, no domínio da fixação demográfica, o autor mostrava-se exigente com a qualidade da mão de obra a captar e atento aos custos do seu transporte, dois parâmetros onde a capacidade de conciliar os interesses da metrópole, da província de Angola e de S. Tomé se encontrava prejudicada. Por esse motivo, Ezequiel de Campos centrava-se na proposta sobre a cultura obrigatória dos terrenos para sugerir a redefinição dos termos aplicáveis ao imposto de palhota. Entendia necessário atribuir ao trabalho indígena um tratamento semelhante ao do serviçal, com ressalva para o facto de, em ambos os casos, os regulamentos deveriam ser explícitos nas formas e simplificados nos conteúdos respectivos,

sem subterfúgios, desde o salário e horas de serviço, até ao alimento e pensões por desastres, etc sempre nas condições locais e só nestas, que, de tão anormais, não se prestam à experiência de outros regulamentos. São uma providência de regeneração de uma colónia, e não uma medida de exploração dela (Campos, 1910, p. 185).

Assim, estimava possível o “começo da colonização de S.Tomé” (Campos, 1910, p. 185) e, inclusivamente, plausível a meta das 50 mil toneladas anuais de cacau, em seis anos, caso se registasse uma inflexão da mortalidade infantil no território santomense. Esta proposta, em confronto evidente com o princípio da repatriação obrigatória consagrado na legislação e defendido pelos republicanos, culminava no reforço do investimento infra-estrutural no domínio dos transportes.

O plano de melhoramentos englobava a construção de armazéns e da alfândega, junto da Ponta da Fortaleza e do novo molhe, para proceder à demolição de antigas instalações na cidade, outros armazéns e a antiga casa dos cabindas, localizadas

entre o balneário municipal e a ponte de importação. O objectivo era edificar uma estrutura nova para armazenamento de géneros “com um recinto pequeno destinado à venda de bilhetes e uma sala de espera – quanto basta para a estação urbana, que por esta forma se livra da expropriação caríssima do terreno onde está o tribunal” (Campos, 1910, p. 213). Com este arranjo, a cidade mantinha capacidade logística para albergar os géneros ainda que fosse necessário o alargamento de algumas vias, como a Travessa do Tribunal, para permitir um melhor acesso de pessoas e bens à referida estação. Insistia na necessidade de garantir uma ligação férrea entre a ponte de importação, no fundo da Baía, ao ramal urbano, possível através da eliminação de um pequeno armazém e “desta forma, melhor prosseguem as obras da gare marítima e mais economicamente se chega a uma deslocação completa” (Campos, 1910, p. 213), objectivo enunciado no início do século que permitiria a requalificação da Avenida marginal.

Defendia a repartição entre o movimento comercial da ilha e do tráfego de géneros de abastecimento à cidade; se o segundo era pouco representativo, o mesmo não era aplicável ao primeiro que, deslocada a alfândega, não devia entrar na cidade, antes

deverem seguir, logo em barco, quando tiverem de ir em torno da ilha, para as roças e vilas do litoral; em vagon quando tiverem de tomar o caminho-de-ferro. E o cacau, e os outros artigos de exportação podem ir directamente do comboio, acabado de chegar ao molhe, para a lancha que o leve ao vapor, sem passar pelos armazéns, já que não somos capazes de fazer um molhe acostável aos navios para onde ele entrasse directamente. Nada custa a transportar pelo caminho-de-ferro e descarregar em um só dia todo o embarque que o Norte da ilha pode dar (Campos, 1910, p. 214).

A relevância económica do sistema de viação santomense era inquestionável para Ezequiel de Campos, um acérrimo defensor do mesmo desde 1899, convicção reforçada neste contexto. No entanto, o desenvolvimento deste sistema deveria corresponder às necessidades/actividades agrícolas, às características da cultura, às especificidades geográficas e, por último, às áreas a servir em tempo médio e longo. As preocupações com a economia ditavam-lhe ainda a certeza que o transporte terrestre, por estrada, apenas seria eficiente em caso de não ser possível e ou rentável a construção de uma rede ferroviária destinada exclusivamente ao tráfego de géneros; e em regiões do interior da ilha e ou desprovidas de acesso fácil ao litoral, onde a via marítima sobrançava qualquer outra forma de transporte de pessoas e bens. Estas ideias, e outras como a articulação entre as redes viária e ferroviária da ilha ou a conciliação das iniciativas públicas e privadas santomenses em matéria de transportes, eram estruturantes no ideário do autor que, nessa medida, mais não fazia do que reeditá-las num novo contexto. O mesmo era aplicável às redes viária e ferroviária, uma vertente onde, de um modo geral, reafirmava as convicções anteriores.

A avaliar pelo Programa da Execução e Exploração dos Melhoramento Públicos na Ilha de S. Tomé, o autor defendia a implantação de uma via de cintura, uma

alternativa antes enfeitada pelos mesmos motivos que ora a justificava, o grau de dificuldade do projecto e os custos financeiros inviáveis do mesmo, uma alteração determinava pelos avanços da engenharia e, sobretudo, pelas experiências bem sucedidas de Cuba e das Filipinas; removidos estes obstáculos, entendia,

deve-se construir rapidamente aquela estrada que ficará a ligar as roças do litoral, facultando a única maneira de transitar pela ilha entre esses pontos; contribuirá para o desenvolvimento de muitos núcleos de população indígena e para a expansão cultural de muitos terrenos; e com o caminho-de-ferro de travessia, cidade-Angra, dará a melhor oportunidade de admirar esta ilha prodigiosa (Campos, 1910, p. 307).

Referia também a validade de uma estrada central no prolongamento da que ligava a cidade à Trindade, reduzia à dimensão de caminho nos pontos mais difíceis do trajecto. Em termos gerais, o plano estabelecia uma largura máxima de 5m e mínima de 4,70m para as estradas a construir, como a preferência pelo pavimento de macadam. Indicava também o processo de construção das vias mais eficaz: “preparação do leito pela cilindragem a fundo, cilindragem mecânica da brita e drenagem completa” (Campos, 1910, p. 308), e as regras a obedecer em qualquer traçado – a inclinação máxima tolerável de 7% e o raio mínimo de 20 m. Tratamento semelhante era dado aos caminhos: “todos macadamizados, terão como inclinação máxima oito por cento, havendo todo o cuidado em não ultrapassar sete %; e terão a largura mínima de 2,5m de piso, havendo então pontos de desvio com 5,0m de largura de espaço a espaço” (Campos, 1910, pp. 308-309).

Com excepção das duas vias discriminadas, a de cintura e central, as demais estradas da ilha deveriam ser projectadas em função da existência das linhas férreas, dos seus traçados e ou da respectiva impossibilidade em determinadas zonas. Por seu turno, a concepção de rede ferroviária não comportava alterações de vulto; o autor sustentava a inconveniência do ramal entre o Cruzeiro da Trindade à Madalena, defendido anteriormente, como a necessidade de prolongar o primeiro troço de caminho de ferro da Cidade à Angra dos Angolares através dos Formosos², a forma de ligação rápida e directa com o sul da ilha. Além desta, mantinha-se indefectível na necessidade de ligação férrea entre a Cidade a Monte Café³ e, por último, do Quifindá ao vale do Rio Abade⁴. Acentuava o valor da tracção eléctrica, a única que permitiria a exploração deste meio de comunicação sem prejuízo, antes através do aproveitamento racional de um recurso abundante na ilha: os cursos de água: “para a exploração pela electricidade temos energia hidráulica à mão no rio do Ouro, no rio Abade e no Ió Grande (se for necessário) de um aproveitamento fácil e económico”(Campos, 1910, p. 305). Contudo, esta modalidade determinava à partida a adopção de comboios frequentes e mais leves, com menor desgaste do material fixo. “Podem ser explorados como tramways, com resuzido pessoal, com todos os sinais e ordens transmitidos pelo telefone (como aliás já é prática hodierna mesmo

² O traçado desta linha férrea deveria servir as roças altas de Nordeste da ilha e a encosta esquerda do Ió. Campos, 1910, p. 270.

³ Este caminho-de-ferro permitia o escoamento da produção das roças do noroeste da ilha, do Potó e da roças altas do Norte. Campos, 1910, p. 270.

⁴ A terceira via ferroviária destinava-se às roças baixas de Nordeste e do Vale do rio Abade. Campos, 1910, p. 271.

nos caminhos de ferro de vapor da Suíça e em muitas enormes redes da América do Norte” (Campos, 1910, p. 305).

Por outro lado, a electrificação das linhas não representava quaisquer dificuldades e ou paragens no serviço prestado: assim que um troço estivesse concluído para a utilização do vapor poderia ser iniciada a adaptação à electricidade que, uma vez terminada, correspondia a maiores benefícios até na condução dos comboios, tendencialmente mais fáceis de manobrar. Este processo de electrificação das linhas deveria ser feito, de forma faseada, por intermédio de empreitadas sucessivas, depois de sujeito a concurso público.

Aliás, esta modalidade era aconselhada como a mais eficaz, económica e rápida de conseguir os equipamentos necessários em S. Tomé, uma província onde não escasseavam os maus exemplos de administração directa do Estado e do consequente desvio de verbas. Contudo, dificilmente a empreitada geral poderia trazer os benefícios desejados porque implicava a conclusão prévia de todos os estudos, mesmo daqueles que ainda não estavam sequer iniciados como, por exemplo, o prolongamento da via férrea até aos Angolares. Por outro lado, seria sempre mais dispendiosa quando comparada com outra, a preferida do autor, descrita como um processo faseado, de intervenções sucessivas ditadas pelo fim dos projectos, aos quais seguia-se o recurso ao concurso público de tarefas específicas.

Apresentadas as carências infra-estruturais da ilha de S. Tomé, determinadas as intervenções necessárias e o modelo mais adequado das mesmas, Ezequiel de Campos enveredava pela fase seguinte, referente à conservação e exploração dos melhoramentos, em especial dos meios de transporte, uma matéria acerca da qual teve de rever uma convicção anterior sobre o papel do Estado na promoção de melhores condições de vida e de trabalho em S. Tomé. Mostrava-se coerente na denúncia da falta de associativismo entre os grande proprietários da ilha, os mesmos que antes havia exortado a substituírem o poder central em razão da inércia e ou incompetência na gestão dos recursos naturais e financeiros santomenses. Em Dezembro de 1910, como em 1904, voltava a lastimar a ausência de uma plataforma de entendimento comum dos donos das grandes roças. Mas, contrariamente à posição expressa durante a primeira década do século, não desmonstrava quaisquer dúvidas sobre o protagonismo do Estado a quem reconhecia a competência, mas também a capacidade de iniciativa e acção para inverter a situação vivida em S. Tomé. Trata-se, no entanto, não do Estado monárquico, cuja falência administrativa colonial criticara nos seus trabalhos, antes de um novo Estado, de feição republicana, cujo advento identificava então, mas não por muito tempo, com o início de um ciclo de desenvolvimento económico.

Referências

- Alexandre, V. (2000). *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cadbury, W. (1910). *Os Serviços de S. Tomé. Relatório de uma visita às ilhas de S. Tomé e Príncipe e Angola, feita em 1908, para observar as condições da mão-de-obra empregada nas roças de cacau da África Portuguesa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Campos, E. (1904). *Viação de S.Tomé. Apontamentos*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editora.
- Campos, E. (1907). *Caminho de Ferro do Norte da Ilha de S.Tomé. Elementos do projecto do 1º troço Cidade-Cruzeiro da Trindade*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editora.
- Campos, E. (1908). *A Ilha de S.Tomé. Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 5 de Maio de 1908*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Campos, E. (1908). *Trabalhos Topográficos na Ilha de S.Tomé*. Comunicação apresentada na Conferência na Ordem dos Engenheiros Cívicos Portugueses em 20 de Junho de 1908. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Campos, E. (1910). *Melhoramentos Públicos na Ilha de S.Tomé. Apontamentos Ligeiros*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editora.
- Clarence-Smith, G. (1990). *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa, Teorema.
- Guedes, A. Miranda (1911). *S. Tomé. Seis meses de governo e administração. Relatório oficial*. Porto: Tipografia a vapor da Empresa Guedes.
- Ilha de S.Tomé*. dir. por Ezequiel de Campos, ed. de Francisco Trindade, nº 1, S. Tomé, 20 de Outubro de 1910.
- Mantero, F. (1910), *A Mão de Obra em S.Tomé e Príncipe*. Lisboa: Ed. do autor.
- Negreiros, J. Almada (1895), *História Etnográfica da Ilha de São Tomé*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos.
- Nascimento, Augusto (2001). S. Tomé e Príncipe. In A. H. de Oliveira Marques (Vol. Ed.), *Nova História da Expansão Portuguesa. O império africano 1890-1930* (pp. 201-252). Lisboa: Editorial Estampa.
- O Africano. Semanário Independente*, 1909.
- Portugal em África*, Lisboa, 1900-1914.
- Santos, Isau [1973]. *Síntese Bibliográfica das ilhas de S.Tomé e Príncipe*. s. l., s. d.
- Vasconcelos, E. (1919). *Colónias Portuguesas III. S.Tomé e Príncipe. Estudo Elementar de Geografia Física, Económica e Política*. Lisboa: Tip. da Cooperativa Militar.